



Pré-sal
Petróleo

**CARTA ANUAL
DE POLÍTICAS PÚBLICAS E
GOVERNANÇA CORPORATIVA**

2022

Sumário

Mensagem do Diretor-Presidente	3
1. Identificação Geral da Pré-Sal Petróleo	5
2. Políticas públicas	6
2.1 - Interesse público subjacente às atividades empresariais.....	6
2.2 Políticas públicas	7
2.3 Metas em relação ao desenvolvimento da atividade	9
2.4 Recursos para custeio	12
2.5 Impactos econômicos das políticas públicas	13
2.6 Comentários dos Administradores	16
3. Governança corporativa	16
3.1 Atividades realizadas pela empresa	16
3.2 Estrutura de controles internos e gerenciamento de riscos	22
3.3 Fatores de risco	24
3.4 Dados econômico-financeiros	26
3.5 Políticas e práticas de governança.....	26
3.6 Descrição da composição e da remuneração da administração.....	29

Mensagem do Diretor-Presidente

O ano de 2022, para a Pré-Sal Petróleo (PPSA), foi marcado, mais uma vez, por excelentes resultados. Como previsto em nossos estudos, a produção de petróleo no regime de partilha de produção foi quase o quádruplo daquela de 2021 e, ao final do ano, contabilizamos uma arrecadação recorde de R\$ 4,71 bilhões para o Tesouro Nacional com a comercialização da parcela de petróleo e gás natural da União - 285% a mais do que no ano anterior. Entendo que cumprimos, no desempenho de todas as atividades, a nossa missão de maximizar os resultados econômicos para a União dos contratos sob nossa gestão.

Complearei em abril de 2023 quatro anos à frente da PPSA e é com enorme satisfação que observo a evolução da empresa nesse período. Olhando os grandes números, em 2019 a produção média dos contratos de partilha de produção era de 55 mil barris por dia (bpd), contra mais de 700 mil bpd ao final de 2022. Naquela ocasião, nossa comercialização anual somava R\$ 468 milhões, praticamente 10% do resultado obtido no ano passado.

Muito se fez para chegarmos a esses resultados. Os contratos naturalmente avançaram em suas campanhas e, de nossa parte, estruturamos melhor a empresa, com aumento de equipe e aprimoramento de processos internos, para garantir a execução das nossas atividades de gestão e comercialização nos próximos anos. Contamos com uma equipe de excelência, incansável na busca de iniciativas que tragam melhorias aos projetos, redução de riscos e aumento da viabilidade econômico-financeira, beneficiando não apenas a União, mas todos os parceiros.

Em 2022, passamos a gerir 19 contratos de partilha de produção, contra 17 em 2021, e já estamos nos preparando para receber mais quatro em 2023, fruto do 1º Ciclo da Oferta Permanente de Partilha. Foi com enorme alegria que celebramos, durante o ano, a realização de três novas descobertas no pré-sal e estamos certos de que há muito mais por vir. De acordo com estudo apresentado em nosso Fórum Técnico anual, de 2023 a 2032, os contratos acumularão um total de 7,7 bilhões de barris de petróleo produzidos. Desse total, a União terá acumulado 1,9 bilhão de barris de petróleo.

Todo o montante da União será comercializado pela PPSA e estamos, a cada dia, nos preparando melhor para esse cenário. Em 2022, entregamos cargas comercializadas no leilão que realizamos na B3, ainda em 2021, e comercializamos diretamente a primeira carga de Sépia. Também renegociamos os contratos de gás natural da União e, com o avanço do processo de abertura do mercado, já está em planejamento a realização de um novo processo competitivo, ainda em 2023 ou 2024, no intuito de maximizar as receitas da União.

Em 2022, também celebramos a efetivação de dois novos acordos de individualização da produção (AIP), tornando oficialmente unitizadas as jazidas de Mero e Bacalhau. Cabe destacar, sobre ano em comento, a celebração de aditivos aos AIPs de Sépia e de Atapu, em decorrência da assinatura dos contratos de partilha de produção provenientes da segunda rodada de licitações sob o regime de partilha de produção para os volumes excedentes aos contratados no regime de cessão onerosa.

Internamente, seguimos perseguindo a garantia de altos padrões de governança, eficiência, transparência, ética e integridade. Em mais uma ação para aumentar a transparência em relação às atividades da empresa, lançamos o Painel de Licitações e Contratos, que consolida informações desde 2014 e possibilita a visualização, de forma dinâmica, de todos os contratos realizados pela PPSA, tanto os vigentes quanto os já encerrados. Em paralelo, seguimos evoluindo na implantação de nossa Política de

Integridade e trabalhamos para a formação do nosso quadro permanente, abrindo a possibilidade de realização de processo seletivo público em 2023.

Como dirigente da PPSA, me orgulho em apresentar nossos resultados. E agradeço, mais uma vez, pelo empenho de todo o nosso corpo técnico, Diretores, Conselheiros e Membros dos Comitês de Assessoramento, que nos ajudaram a construir esta história de sucesso.

Eduardo Gerk

Diretor-Presidente

1. Identificação Geral da Pré-Sal Petróleo

Em conformidade com o art. 8º, incisos I e VIII, da Lei 13.303/2016, o Conselho de Administração subcreve a presente Carta Anual sobre Políticas Públicas e Governança Corporativa referente ao exercício social de 2022.

Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. (Pré-Sal Petróleo S.A. – PPSA)

CNPJ: 18.738.727/0001-36.

NIRE: 53 5 0000531-5.

Sede: Brasília.

Escritório central: Rio de Janeiro, onde se concentram as operações da empresa.

Tipo societário: sociedade anônima.

Acionista controlador: União.

Tipo de capital: fechado.

Abrangência de atuação: território nacional.

Setor de atuação: petróleo e gás natural.

Diretor de Administração, Finanças e Comercialização:

Samir Passos Awad – CPF: *****53.157**

Auditor independente:

Russell Bedford GM

2 CRC RS 5.460/0-O “T” SP

Roger Maciel de Oliveira

Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 “T” SP

Sócio responsável técnico

e-mail: roger@russellbedford.com.br

Conselheiros de Administração subscritores da Carta Anual de Governança Corporativa:

Emmanuel Sousa de Abreu - Presidente do Conselho de Administração – CPF: ****14.945**

José Eduardo Vinhaes Gerk, diretor-presidente da Pré-Sal Petróleo – CPF: ****78.757**

Ada Liz Cavalhero – CPF: ***.929.301-**

Eduardo Aggio de Sá – CPF: ***.072.538-**

Administradores subscritores da Carta Anual de Governança Corporativa:

José Eduardo Vinhaes Gerk, Diretor-Presidente da Pré-Sal Petróleo – CPF: ****78.757**

Osmond Coelho Junior, Diretor de Gestão e Contratos – CPF: ****27.067**

Cristiane Formosinho Conde, Diretora Técnica – CPF: ***.494.585**

Samir Passos Awad, Diretor de Administração, Controle e Finanças – CPF: ****53.157**

Data de aprovação pelo Conselho de Administração: 24/04/2023

Nota: a presente carta utiliza como base o modelo proposto pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), elaborado em conjunto com a Secretaria do Tesouro Nacional, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a Secretaria Executiva/ME, a Bovespa e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Composição acionária

A Pré-Sal Petróleo (PPSA) teve sua criação autorizada em 2 de agosto de 2010, por meio da Lei nº 12.304. O Decreto nº 8.063, de 1º de agosto de 2013, criou a empresa, aprovando o seu primeiro Estatuto Social e estabelecendo o capital social inicial de R\$ 50 milhões. Em 12 de novembro de 2013, ocorreu a Assembleia-Geral de constituição da companhia.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 17 de agosto de 2021, decidiu-se pelo aumento do capital social por meio da capitalização de parte das reservas de lucros referentes a recursos já investidos na companhia no período findo em 31 de dezembro de 2020. Tal capitalização montou ao valor de R\$ 43.333.141,38, passando o capital social da companhia de R\$ 50.000.000,00 para R\$ 93.333.141,38, representado por 50.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O capital social é 100% da União, já que a Pré-Sal Petróleo é uma empresa pública, não dependente, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

2. Políticas públicas

2.1 - Interesse público subjacente às atividades empresariais

O marco regulatório da exploração e produção de petróleo e gás natural, no contexto geológico do pré-sal brasileiro, é sustentado por três leis:

- Lei nº 12.351/2010, que implantou o regime jurídico fiscal da partilha de produção no Brasil.
- Lei nº 12.276/2010, a qual autorizou a União a ceder, onerosamente, à Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), com dispensa de licitação, o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo e gás natural em áreas não contratadas localizadas no polígono do pré-sal.

- Lei nº 12.304/2010, que autorizou a criação da PPSA, estipulou o seu objeto social e fixou suas competências. Assim, todos os contratos de exploração e produção de petróleo e gás natural no polígono do pré-sal celebrados em regime de partilha de produção têm a Pré-Sal Petróleo como gestora.

O art. 1º da Lei nº 9.478/1997, por outro lado, estipula que as políticas nacionais para o aproveitamento racional das fontes de energia no Brasil visarão aos objetivos listados em seus 18 incisos. Entre eles, destacamos: a preservação do interesse nacional, a promoção do desenvolvimento e valorização dos recursos energéticos pátrios, a proteção ao meio ambiente e à conservação de energia, a garantia do fornecimento de derivados de petróleo em todo o território nacional, o incremento (em bases econômicas) da utilização do gás natural, a promoção da livre concorrência e a ampliação da competitividade do Brasil no mercado internacional.

O interesse público que justifica a existência da PPSA consta do seu objeto social previsto no art. 5º do Estatuto Social e consiste, de forma ampla, na gestão dos contratos de partilha de produção (CPPs) no Brasil, reforçada pelo § 2º do mesmo artigo, e na gestão dos contratos para a comercialização de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos da União. Já a finalidade da companhia, estampada no § 1º do mesmo artigo, é a maximização do resultado econômico dos contratos de partilha de produção e de comercialização de petróleo e gás natural.

Assim, a gestão dos contratos de partilha de produção e a gestão da comercialização do petróleo e do gás natural da União representam a função social da PPSA. De forma mais abrangente, estende-se não apenas a essas, como também à representação da União nos procedimentos de individualização da produção, envolvendo áreas não contratadas internas ao polígono do pré-sal ou áreas estratégicas.

A ilustração abaixo apresenta as frentes de atuação da companhia:



2.2 Políticas públicas

Em sua atuação, a PPSA exerce atividades que se aproximam muito às típicas de Estado, nos termos da legislação conforme abaixo.

A Lei nº 12.351/2010 estipula, no caput de seu art. 8º, que a União, por intermédio do Ministério de Minas e Energia (MME), celebrará os contratos de partilha de produção, cuja gestão (§ 1º) cabe à PPSA.

A companhia deve constituir consórcio com os vencedores dos certames licitatórios, visando à exploração e produção em regime de partilha de produção (art. 20 da Lei nº 12.351/2010), bem como representar os interesses da União nos Comitês Operacionais (art. 21 da Lei nº 12.351/2010), indicando, inclusive, seu presidente, tendo para tanto 50% dos votos (§ 1º do art. 23 da Lei nº 12.351/2010). A PPSA tem poder de veto e voto de qualidade nos mencionados Comitês Operacionais (art. 25 da Lei nº 12.351/2010).

A receita advinda da comercialização do petróleo e do gás natural da União é enviada diretamente ao Tesouro Nacional, que é o responsável por lhe dar a adequada destinação legal.

Em relação aos contratos de partilha de produção, a PPSA deve praticar todos os atos necessários à sua gestão. As alíneas do inciso I do art. 4º da Lei nº 12.304/2010 especificam alguns desses atos, quais sejam:

- a representação da União nos consórcios formados para a execução de tais contratos e a defesa dos interesses da União nos Comitês Operacionais;
- a avaliação técnica e econômica dos planos de exploração e produção de petróleo e gás natural;
- a exigência do cumprimento dos requisitos contratuais de conteúdo local;
- o monitoramento e auditoria da execução dos projetos de exploração e produção de petróleo e gás natural;
- o monitoramento e a auditoria dos custos e investimentos relacionados aos contratos de partilha de produção; e
- o fornecimento, à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), de informações necessárias ao cumprimento de suas funções regulatórias.

A PPSA deve, igualmente, praticar todos os atos necessários à comercialização do petróleo e do gás natural aos quais faz jus a União nos contratos de partilha de produção e nos acordos de individualização da produção, consoante o inciso II do art. 4º da Lei nº 12.304/2010. Em especial, deve a companhia, representando a União, celebrar os contratos com agentes comercializadores ou comercializá-los diretamente, preferencialmente por leilão. Caso a opção seja pela interveniência de um agente comercializador, a PPSA deve não apenas cumprir, mas também fazer com que o agente comercializador cumpra a Política de Comercialização do Petróleo e do Gás Natural da União (Resolução CNPE nº 15/2018), prevista pelos incisos VI e VII do art. 9º da Lei nº 12.351/2010. Cabe-lhe, ainda, monitorar e auditar as operações, custos e preços de venda do petróleo e do gás natural da União praticados pelo agente comercializador. Por fim, como atribuição relativa à gestão dos contratos para a comercialização dos hidrocarbonetos da União, a PPSA também pode, representando a União, celebrar contratos de refino e beneficiamento do petróleo e do gás natural da União.

Constata-se, assim, que os objetivos da PPSA para a consecução dessas políticas públicas são exclu-

sivos, pois apenas à Pré-Sal Petróleo S.A. foram legalmente conferidos, e imprescindíveis, pois sua não execução inviabilizaria o regime de partilha de produção no Brasil, não apenas pela ausência da empresa encarregada de gerir os CPPs, como, também, pela impossibilidade de comercializar os hidrocarbonetos aos quais faz jus a União.

A companhia é profunda conhecedora do regime de partilha de produção no país e das características geológicas, do desenvolvimento e da produção do Pré-Sal, com expertise para contribuir com o governo na formulação de políticas públicas para o segmento de petróleo e gás natural. Essa contribuição se dá em diferentes temas, a exemplo das questões relativas à política de comercialização do petróleo e do gás natural da União, das discussões acerca dos volumes excedentes da cessão onerosa e da modelagem para sua produção, da melhoria das disposições dos contratos de partilha de produção ao longo das sucessivas rodadas de licitação em regime de partilha de produção, e do debate sobre o aproveitamento econômico do gás natural do pré-sal brasileiro.

Com uma equipe jurídica altamente qualificada e especializada em Direito do Petróleo, a PPSA também acompanha e colabora, desde 2013, com a evolução regulatória dos contratos de partilha de produção. Ademais, o instituto da evolução regulatória vem sendo empregado para padronizar os contratos, incorporando regras mais consentâneas em razão da experiência adquirida ao longo do tempo, em benefício dos consórcios quando por eles requerida.

SAIBA MAIS:

Todo o arcabouço legal que regula a empresa e o setor de óleo e gás natural está disponibilizado em nossa [Biblioteca Interativa](#), um painel dinâmico com mais de 120 leis, decretos, acordos, resoluções, portarias e contratos do setor.

2.3 Metas em relação ao desenvolvimento da atividade

As metas da administração pública federal para viabilizar a implementação e a gestão de políticas públicas são definidas no Plano Plurianual (PPA). A Pré-Sal Petróleo participa do Programa de Orçamento de Investimento (OI). Este programa é composto por três ações:

- Manutenção e Adequação de Bens imóveis;
- Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos;
- Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento.

Além do programa de Orçamento de Investimento (OI), a Pré-Sal Petróleo participa Programa de Dispendios Globais (PDG), onde define os resultados e metas que as estatais deverão gerar para o próximo ano.

A gestão de todos os programas é realizada pela Gerência de Controle e Finanças, subordinada à Dire-

toria de Administração, Finanças e Comercialização.

O quadro abaixo ilustra o orçamento de investimento da companhia (orçado e realizado) para os anos de 2013 a 2022 e o orçado para 2023:

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019		2020		2021		2022		2023	
	OI	Real	OI	Real	OI	Real	OI	Real	OI	Real	OI	Real	OI	Real	OI	Real	OI	Real	OI	Real	OI	Real
R\$ MILHÕES																						
Dispêndio de Capital	-	-	5,52	0,38	14,1	5,27	19,19	1,01	10,28	0,42	36,53	0,74	13,15	4,51	2,75	1,16	0,514	0	2,55	0,138	2,733	0
Ação 4101 - Manutenção e Adequação de Bens Imóveis	-	-	-	-	-	-	-	-	3,67	-	2,72	0,1	3,5	3,41	0,03	0	0	0	0	0	0	0
Ação 4102 - Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos.	-	-	0,36	-	9,42	2,25	4,37	0,23	2,5	-	2,5	-	3,18	0,93	0,74	0,01	0,458	0	0,458	0,422	0,422	0
Ação 4103 - Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento.	-	-	5,16	0,38	4,68	3,02	14,83	0,78	4,11	0,42	31,31	0,64	6,46	0,17	1,98	1,15	0,56	0	2,098	0,1385	2,311	0

Fonte: Sistema SIOF

O quadro abaixo ilustra os valores do Programa de Dispêndios Globais (PDG) para os anos de 2013 a 2022 e o orçado para 2023:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019		2020		2021		2022		2023	
	PDG	Real	PDG	Real	PDG	Real	PDG	Real	PDG	Real	PDG	Real	PDG	Real	PDG	Real	PDG	Real	PDG	Real	PDG	
R\$ MILHÕES																						
Fontes de Recursos	15,15	15,21	51,23	2,9	148,06	70,37	130,5	51,2	82	40,04	136,34	108,13	199,87	121,31	204,78	181,33	152,96	120,68	22,82	24,03	136,53	
Receita Operacional	-	-	50	-	112	50,13	93,25	45,06	76,44	36,99	120,16	98,95	191,47	113,17	197,43	171,84	104,3	70,35	21,88	18,84	124,63	
Receita Não Operacional	0,15	0,21	1,23	0,9	3,06	2,38	5,25	3	2,56	3,05	4,18	3,18	4,8	4,54	4,95	7,09	5,33	6,99	0,94	5,19	11,9	
Participação da União no Capital	15	15	-	2	33	17,86	15	3,14	3	-	12	6	3,6	3,6	2,4	2,4	43,33	43,33	0	0	0	
Uso de Recursos	2,001	0,76	41,62	21,02	119,58	46,36	97,09	42,17	79,91	40,71	122,09	70,48	157,13	94,55	195,12	140,7	104,81	79,95	25,84	18,38	135,72	
Dispêndio de Capital	-	-	5,52	0,38	22,97	5,27	19,19	1,01	10,28	1,83	36,53	0,74	44,34	16,41	61,92	26,11	11,42	5,1	3,68	0,48	24,14	
Pessoal de Encargos Sociais	1,64	0,75	18,46	15,88	42,41	21,98	40,05	23,28	36,16	23,08	34,9	28,93	39,78	31,43	45,35	42,94	46,08	44	12,22	10,98	50,53	
Serviços de Terceiros	0,36	0,01	7,89	3,17	15,95	5,75	18,53	5,73	20,03	7,42	11,89	8,33	16,66	9,88	24,4	13,58	23,31	14,91	5,9	3,39	33,19	
Materiais e Produtos	-	-	0,04	0,03	0,08	0,02	0,03	0,02	0,02	0,01	0,04	0,02	0,05	0,02	0,06	0,01	0,07	0,02	0,03	0	0,29	
Utilidade e Serviços	-	-	0,3	0,08	0,63	0,21	0,24	0,23	0,31	0,29	0,49	0,48	-	-	-	-	0,514	0	2,55	0,138	0	
Tributos e Encargos Parafiscais	-	-	7,37	0,34	26,7	10,68	15,83	9,32	9,73	5,29	35,41	30,1	55,46	35,06	55,09	35,06	0,514	0	3,33	3,26	23,89	
Despesas Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,04	0,07	0,65	0,36	3,16	4,71	0,3	0,04	1,01	
Outros Dispêndios Correntes	-	-	2,05	1,14	10,85	2,45	3,22	2,58	3,38	2,25	2,83	1,88	4,81	1,68	7,66	4,49	3,76	0,96	0,38	0,22	2,87	

Fonte: Sistema SIOF

Outro instrumento que direciona as atividades da companhia é o Planejamento Estratégico.

A construção do Plano Estratégico 2022-2026 teve o envolvimento direto da Diretoria Executiva e demais gestores da companhia em todas as etapas de sua elaboração. O processo tomou por base a observância da missão, da visão e dos valores da companhia e a análise do cenário econômico e energético para os próximos anos, dos normativos legais e do contexto atual e futuro, priorizando as estimativas de produção de petróleo e gás natural dos contratos de partilha de produção e a parcela projetada para a União, além das metas da companhia para os próximos cinco anos.

**ATIVIDADES
PREVISTAS PARA
O HORIZONTE
2023-2027**

2023-2027

- Incremento de contratos de partilha de produção, fruto da Oferta Permanente em dez/22
- Comercialização crescente de petróleo e gás da União ao longo dos próximos anos
- Crescimento da empresa (recursos humanos e tecnológicos, transformação digital)
- Importância da sustentabilidade financeira de longo prazo
- Gestão do conhecimento para a perpetuidade das competências técnicas e gerenciais
- Gestão Tecnológica e da carteira de projetos.
- Contratação da continuidade do SGPP
- Melhoria contínua da transparência e da comunicação
- Aderência às melhores práticas de governança e integridade
- Melhoria e simplificação de processos

Conforme o estudo “Estimativa de Resultados nos Contratos de Partilha de Produção”, divulgado em novembro de 2022, com o natural desenvolvimento das atividades nos contratos, o próximo quinquênio será de crescimento constante dos volumes de produção nesse regime. Para a PPSA, tal cenário se traduz em incremento das atividades de gestão e comercialização, com consequente necessidade de melhorias na estruturação da empresa.

Para o ciclo 2023-2027 foram estabelecidas três Diretrizes Estratégicas e doze objetivos.

1ª DIRETRIZ ESTRATÉGICA

Aprimorar os processos técnicos e de gestão de contratos de partilha de produção (CPP)



META

Simplificar os processos de forma a torná-los mais eficientes e com mais valor agregado, permitindo que a PPSA execute cada vez melhor suas atribuições relacionadas aos CPPs.



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Sistematizar a carteira de projetos.
- Simplificar processos ligados à gestão dos CPPs e Acordos de Individualização da Produção (AIP).
- Sistematizar controle de qualidade dos processos críticos.
- Fomentar a aplicação de soluções técnicas e inovações nos projetos de E&P.

2ª DIRETRIZ ESTRATÉGICA

Aprimorar o processo de comercialização de petróleo e gás



METAS

Gerir contratos de comercialização de petróleo e gás natural de forma a garantir os melhores resultados para a União; identificar novos modelos para a comercialização; e verificar alternativas tecnológicas e logísticas relacionadas à comercialização.



OBJETIVO ESTRATÉGICOS

- Definir modelo de comercialização de petróleo.
- Avaliar alternativas de alívio de petróleo.
- Identificar novos modelos para a comercialização do gás natural.

3ª DIRETRIZ ESTRATÉGICA

Consolidar a estruturação da empresa



METAS

Adequar a empresa em termos de recursos humanos, tecnológicos e financeiros para atender ao crescimento de suas atividades; ampliar a comunicação da empresa junto aos públicos de interesse e implantar a gestão do conhecimento de forma a garantir a manutenção das capacidades técnicas e gerenciais da empresa.



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Adequar o quadro de recursos humanos da PPSA.
- Implantar a Transformação Digital da Pré-Sal Petróleo.
- Ampliar a Comunicação da Empresa junto aos Públicos de Interesse.
- Garantir a sustentabilidade financeira de longo prazo da PPSA.
- Preservar as competências técnicas e gerenciais da PPSA.

Os objetivos estratégicos se desdobram em iniciativas estratégicas. Para conhecê-las, acesse:

SAIBA MAIS:
[Plano Estratégico 2023-2027](#)

A PPSA trabalha também com o Plano Anual de Negócios (PAN), que serve de insumo para a elaboração do Programa de Dispêndios Globais (PDG) e para o Programa de Dispêndios de Tecnologia da Informação (PDTI), identificando a necessidade de investimento em pessoal, software, hardware e infraestrutura, podendo, ainda, fornecer o quantitativo de pessoal a ser considerado para realização de processo seletivo público.

Entre as premissas consideradas para a realização do PAN 2023 estão: os cronogramas de investimentos e contratações previstos nas Iniciativas Estratégicas; o cenário de quatro novos contratos para 2023, como resultado do 1º Ciclo da Oferta Permanente de Partilha de Produção; a análise da continuidade dos contratos atuais de prestação de serviços técnicos para o próximo ano; e a possibilidade de realização de concurso público em 2023.

Com base no cenário analisado, foram estabelecidas as metas de topo, que fornecem uma orientação mais explícita sobre os principais objetivos de curto prazo da companhia. São métricas que se desdobram por toda a estrutura organizacional, para garantir que as ações individuais estejam alinhadas com os principais compromissos do PAN 2023.

SAIBA MAIS:
[Plano Anual de Negócios](#)

2.4 Recursos para custeio

Os recursos para custeio das atribuições legais da PPSA advêm do Contrato de Remuneração com o Ministério de Minas e Energia (MME). Esse contrato prevê a remuneração dos serviços prestados à União na gestão dos contratos de partilha de produção, na representação da União nos procedimentos de individualização da produção de petróleo e gás natural e nos acordos decorrentes, e da gestão dos contratos para a comercialização de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos da União previstos em lei.

Como condição para o faturamento, a PPSA elabora o Relatório Mensal de Remuneração com todas as informações sobre os contratos sob sua gestão, até o quinto dia útil do mês subsequente, para que o MME efetue a conferência e libere o aceite dos serviços.

O primeiro Contrato de Remuneração foi assinado em 30 de novembro de 2015, tendo sido aditado

para inclusão do CNPJ do escritório central no Rio de Janeiro e para estender a vigência até 30 de junho de 2021. Nesse contrato, a remuneração pela gestão e pela representação da União era proporcional ao número de contratos, à dimensão dos blocos, à quantidade de módulos da etapa de desenvolvimento e à vazão de fluidos produzidos, de acordo com as fases e as etapas de cada um deles.

Tratativas foram feitas com o MME desde o último trimestre de 2019, onde a PPSA pleiteou a aplicação dos índices de reajuste nas medições do contrato de remuneração durante toda a vigência do contrato. Com o aceite do MME, as medições efetuadas a partir de dezembro de 2019 foram devidamente reajustadas e quitadas em 2020.

Ao final do segundo trimestre de 2021, foram concluídas as negociações do novo contrato de remuneração, assinado em 01 de julho de 2021 com duração de seis meses. Em dezembro de 2021, novo contrato foi assinado, com prazo de vigência até 31 de dezembro de 2022. Em 31 de agosto de 2022 foi assinado um aditivo do contrato de remuneração com o MME com prazo de vigência estendido até 30 de junho de 2023. A PPSA não possui outras fontes relevantes de receitas além da remuneração dos serviços prestados à União e da parcela que lhe cabe do Bônus de Assinatura, sendo as demais fontes previstas em lei incipientes financeiramente.

2.5 Impactos econômicos das políticas públicas

Investimento

Os recursos para manutenção e ampliação das atividades oriundas das atribuições legais da companhia advêm dos aportes de capital da União (acionista única) e dos valores correspondentes às parcelas do bônus de assinatura destinados à companhia, nos termos da parte final do inciso I, do art. 7º, da Lei nº 12.304/2010.

Durante o ano de 2022, a PPSA teve R\$ 14,6 milhões de receitas referentes a bônus de assinatura. Em 2022, a empresa investiu R\$ 2,2 milhões em softwares especialistas de geociências (geologia e geofísica) e de simulação de reservatórios, para suporte às atividades técnicas da companhia.

Operações da companhia

Em 2022, foi mantida uma estrutura enxuta de custos e rigor na gestão dos recursos financeiros. A receita bruta de serviços pela gestão de contratos e pela representação da União totalizou R\$ 76,5 milhões, gerando R\$ 13 milhões em impostos diretos: PIS, COFINS e ISS. Nesse período, a PPSA acumulou R\$ 14,4 milhões em receitas de aplicações financeiras, contribuindo para fechar o exercício com lucro de R\$ 16,4 milhões. A empresa provisionou R\$ 3,9 milhões de dividendos referentes ao lucro de 2022

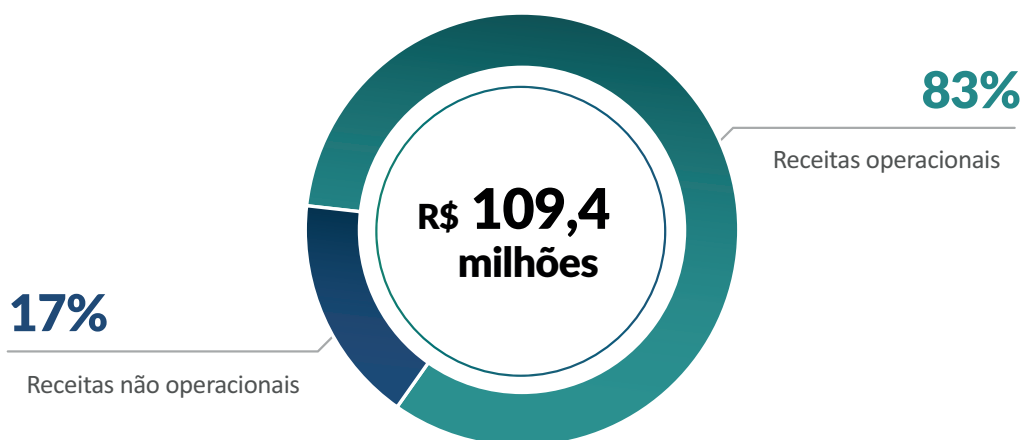
e que deverão ser pagos à União em 2023.

A PPSA acumulou R\$ 15,9 milhões em receitas financeiras líquidas, encerrando o exercício social com R\$ 144,5 milhões em caixa. O capital social, no valor total de R\$ 93,3 milhões e subscrito pelo acionista controlador, encontra-se 100% integralizado.

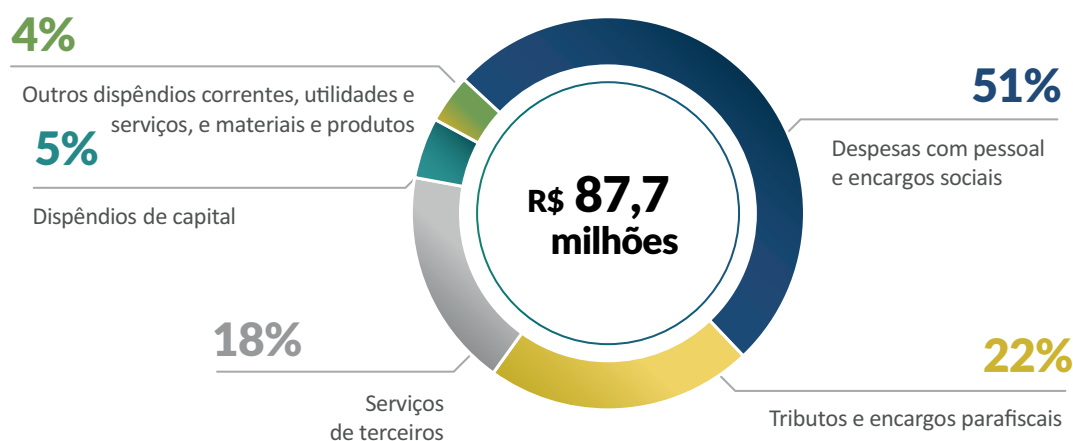


Realização Orçamentária

Do Programa de Dispêndios Globais (PDG) de 2022, aprovado pelo Decreto nº 10.892, de 13 de dezembro de 2021, foram realizadas 104% das fontes de recursos planejadas, perfazendo mais de R\$ 109,4 milhões. Deste total, 83% são receitas operacionais; e 17%, receitas não operacionais.



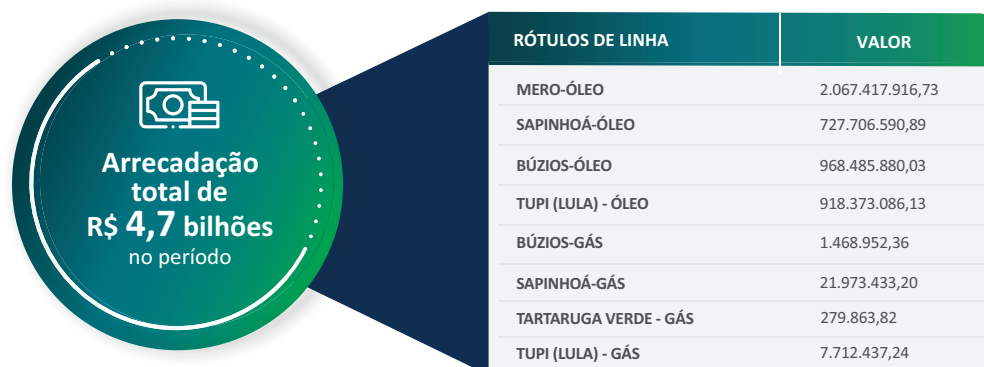
No que tange ao uso de recursos, foram realizados 80% do uso de recursos planejados, perfazendo R\$ 87,7 milhões. Deste total, 22% correspondem a tributos e encargos parafiscais; 51%, a despesas com pessoal e encargos sociais; 5%, correlatos a dispêndios de capital; e 18%, a despesas com serviços de terceiros. Outros 4% respondem pelas rubricas de outros dispêndios correntes, utilidades e serviços, e materiais e produtos.



Receitas para a União

A PPSA arrecadou R\$ 1.223,48 milhão para a União em 2021 e R\$ 4.713,42 milhões em 2022, correspondentes à comercialização de petróleo e gás da União, sob gestão da companhia. O resultado da comercialização, quando comparado ao de 2021, representa um aumento de 285,25%.

A tabela abaixo apresenta os valores arrecadados por campo em 2022:



2.6 Comentários dos Administradores

Em 2022, a PPSA realizou plenamente as suas atribuições legais na gestão dos contratos de partilha de produção, na representação da União nos acordos de individualização da produção e na gestão da comercialização dos hidrocarbonetos da União, gerando uma arrecadação recorde de R\$ 4,7 bilhões.

Ademais, aprovamos o Relatório de Resultados do Planejamento Estratégico 22-26, que teve índice de realização de 98%, e concluímos que o Planejamento cumpriu com seu objetivo de permitir que a PPSA caminhasse na direção do atingimento de sua Missão e Visão Estratégica.

Conselho de Administração da PPSA:

- Emmanuel Sousa de Abreu
- José Eduardo Vinhaes Gerck
- Ada Liz Cavalhero
- Eduardo Aggio de Sá

3. Governança corporativa

3.1 Atividades realizadas pela empresa

Estrutura da empresa

A equipe da PPSA é composta por quatro Diretores Executivos e 62 profissionais de livre provimento, com reconhecida capacitação técnica e gerencial e grande experiência na indústria de óleo e gás. Mais da metade dos profissionais possuem especialização e mais de um terço contam com mestrado e doutorado. Os membros da Diretoria Executiva atuam há mais de 35 anos no setor de petróleo e gás natural.

Ao longo do ano, a companhia trabalhou para a formação de seu quadro permanente e obteve a aprovação, pela Secretaria de Coordenação das Empresas Estatais (SEST), do Plano de Cargos e Salários e do Quadro de Pessoal, que poderá contar com até 101 cargos permanentes e 62 cargos de livre provimento. A medida abre caminho para o planejamento de um processo seletivo público.

Contratos de partilha de produção

Ao longo de 2022, a PPSA fez a gestão de 19 contratos de partilha de produção. Dois deles – volumes excedentes da cessão onerosa de Sépia e Atapu - foram assinados no primeiro semestre. Todos os contratos estão situados no Polígono do Pré-Sal, área de aproximadamente 149 mil quilômetros quadrados no mar territorial entre os estados de Santa Catarina e Espírito Santo, considerada uma região com potencial de grandes volumes e alta produtividade, e apresentam diferentes estágios de atividade.

Atualmente, 15 empresas atuam em regime de partilha de produção, sendo cinco delas operadoras: Petrobras, Shell, BP, ExxonMobil e Equinor. O ano de 2022 marcou a entrada da Petronas, empresa estatal da Malásia, que compõe o consórcio de Sépia. Também foi registrada uma mudança na composição do contrato de Búzios – a chinesa CNOOC aumentou sua participação de 5% para 10%, com consequente transferência de 5% da participação da Petrobras. As empresas que participam do maior número de contratos são a Petrobras (13) e a Shell (7).

SAIBA MAIS:

Portfólio de contratos de partilha de produção

Produção no pré-sal

Dos 19 contratos, sete estão em produção: Libra (Mero), Búzios, Entorno de Sapinhoá, Sudoeste de Tartaruga Verde, Sépia, Atapu e Itapu. A produção dessas áreas é realizada com 12 navios-plataformas. Dois deles entraram em produção em 2022: FPSO Guanabara (Mero) e P-71 (Itapu), ambas em campos operados pela Petrobras. No total, são mais de 50 poços ativos.

Juntos, os sete contratos produziram 233 milhões de barris e 602 milhões de m³ de gás natural disponibilizados para comercialização em regime de partilha de produção. Desse total, 9,8 milhões de barris e 48 milhões de m³ de gás natural são, por direito, da União.

PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL EM 2022 EM REGIME DE PARTILHA DE PRODUÇÃO

PRODUÇÃO TOTAL DE PETRÓLEO	233 MILHÕES DE BARRIS
PARCELA DE PETRÓLEO DA UNIÃO	9,8 MILHÕES DE BARRIS
PRODUÇÃO DE GÁS NATURAL	602 MILHÕES DE M ³
PARCELA DE GÁS NATURAL DA UNIÃO	48 MILHÕES DE M ³

Principais produtores:

PETRÓLEO		GÁS NATURAL	
CAMPO	PRODUÇÃO (EM BARRIS)	CAMPO	PRODUÇÃO (EM M ³)
BÚZIOS	152 MILHÕES	BÚZIOS	528 MILHÕES
MERO	34 MILHÕES	ENTORNO DO SAPINHOÁ	64 MILHÕES
SÉPIA	24,5 MILHÕES	TARTARUGA VERDE SUDOESTE	11 MILHÕES

A PPSA divulga, mensalmente, a produção de petróleo e gás natural dos contratos, além de compilar todos os dados em um Painel Interativo elaborado em business intelligence, que permite ao leitor de-

envolver seus próprios gráficos conforme filtros de sua conveniência. No painel, é possível encontrar todos os dados com data retroativa a novembro de 2017, quando foi iniciada a produção da Área de Desenvolvimento de Mero, a primeira em regime de partilha de produção.

SAIBA MAIS:

Boletim Mensal dos Contratos de Partilha de Produção

Painel Interativo Pré-Sal Petróleo

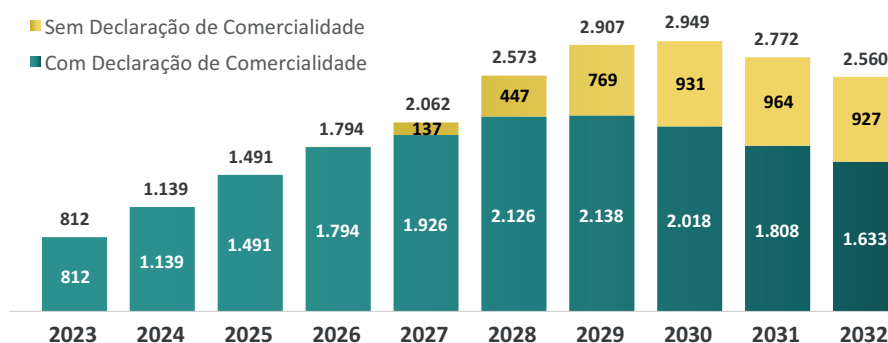
Nas demais áreas com atividades exploratórias e de desenvolvimento, as operadoras informaram em 2022:

- Realização de três descobertas exploratórias: Três Marias, Alto de Cabo Frio Central e Sépia;
- Realização de dois testes de formação revestido (TFR) com resultados positivos: Aram e Sépia;
- Início de duas campanhas de perfuração na etapa de desenvolvimento: Bacalhau e Itapu.

Cenário 2023-2032

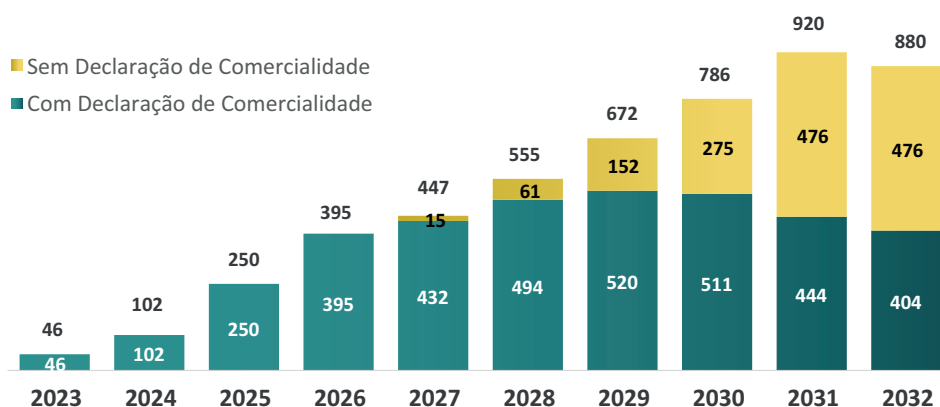
Estudo elaborado pela equipe do Planejamento Estratégico e divulgado em novembro, no 5º Fórum Técnico Pré-Sal Petróleo, demonstra que a produção média de petróleo em regime de partilha de produção dará um salto, saindo dos 761 mil barris por dia (bpd) registrados em dezembro de 2022 para aproximadamente 2 milhões de bpd em 2027, e alcançando 2,9 milhões de bpd em 2030, o que representará mais da metade da produção nacional de petróleo e cerca de 2/3 do total produzido no pré-sal naquele ano. Caso não haja novas descobertas exploratórias, é esperado um declínio natural desse volume para os dois anos seguintes, chegando a 2032 com 2,5 milhões de bpd. De 2023 a 2032, os contratos acumularão um total de 7,7 bilhões de barris produzidos.

ÓLEO PRODUZIDO SOB REGIME DE PARTILHA
(Em milhares de barris por dia)



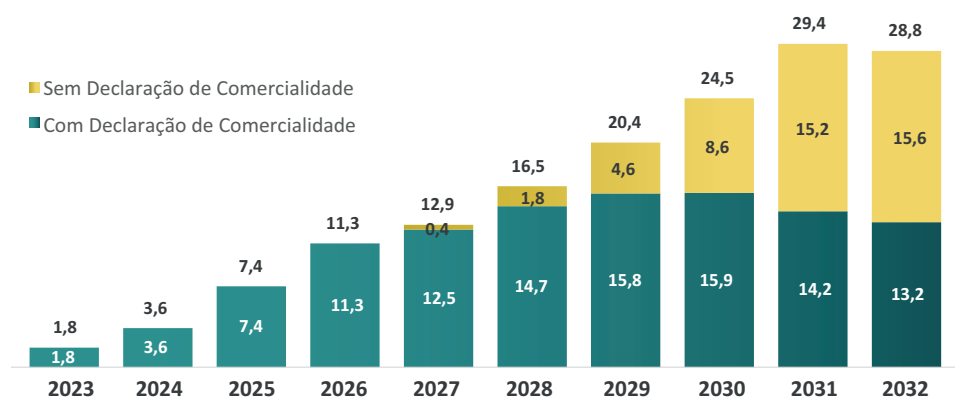
A parcela da produção diária destinada à União, calculada a partir da alíquota de oferta de excedente em óleo da União de cada contrato e do limite de recuperação de custo em óleo de cada área, também apresentará crescimento contínuo até 2031, com leve declínio em 2032, pelas mesmas razões. O melhor ano será 2031, quando a produção alcançará 920 mil bpd, mais de 40 vezes o volume da produção média diária da União no ano de 2022 (22 mil bpd na média de janeiro a setembro). A produção prevista para a União em 2031 é comparável à produção atual do Reino Unido e superior à de países como Colômbia, Argentina e Venezuela.

ÓLEO LUCRO DA UNIÃO TOTAL (Em milhares de barris por dia)



O estudo estima que, em dez anos, a União terá acumulado 1,9 bilhão de barris de petróleo. Todo esse montante será comercializado pela PPSA, que ao final desta década arrecadará mais de US\$ 20 bilhões por ano para os cofres públicos.

RECEITA COM ÓLEO LUCRO (BILHÃO US\$)



SAIBA MAIS:

[Estimativa de resultados nos contratos de partilha de produção](#)

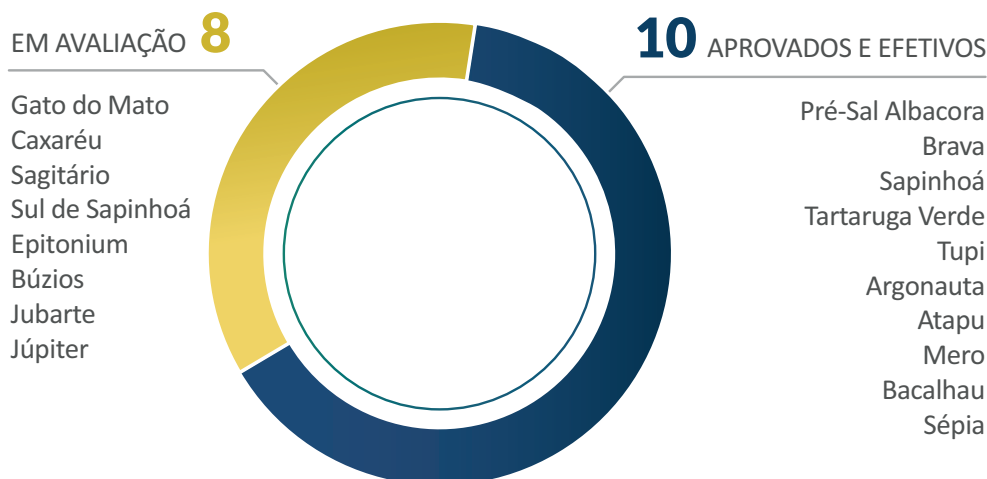
Acordos de individualização da produção

Um procedimento de individualização da produção, também conhecido como Unitização, é iniciado quando se verifica a possibilidade de que o limite de uma jazida petrolífera ultrapasse os limites de uma área outorgada (Capítulo IV da Lei nº 12.351/2010). Nessas circunstâncias, quando uma área não contratada no Polígono do Pré-sal ou uma área estratégica está envolvida, é função da PPSA representar a União nesses procedimentos. A unitização permite que a produção, os custos e o plano de desenvolvimento da jazida sejam compartilhados entre os titulares de direitos sobre as áreas, garantindo a racionalidade da produção e evitando a lavra predatória.

Em 2022, dois AIPs passaram a ser efetivos, tornando oficialmente unitizadas as jazidas de Mero e Bacalhau, bem como foram assinados os termos aditivos aos AIPs de Sépia e de Atapu, em razão da celebração dos contratos de partilha de produção provenientes da segunda rodada de licitações sob o regime de partilha de produção para os volumes excedentes aos contratados no regime de cessão onerosa. Atendendo solicitação da ANP, também foi assinada uma nova versão do AIP de Búzios, que está aguardando autorização da agência para tornar-se efetiva. No momento, a área atua com base no compromisso de individualização da produção assinado anteriormente e que foi recebido pela ANP como um AIP.

Também foi realizada a primeira redeterminação (termo que é definido pela ANP como “alteração da participação estabelecida no acordo de individualização da produção ou no compromisso de individualização da produção” – Resolução ANP nº 867/2022) da jazida de Sapinhoá. Esse AIP foi assinado em 31 de janeiro de 2016 e tornado efetivo, após aprovação da ANP, em novembro de 2018, estabelecendo que a fração da União na jazida compartilhada seria de 3,7%. Desde a assinatura do contrato de partilha de produção do Entorno de Sapinhoá, em 31 de janeiro de 2018, essa participação cabe ao consórcio do referido contrato, composto pelas mesmas companhias do consórcio de Sapinhoá e pela PPSA no papel de gestora do CPP. A redeterminação aumentou a participação do contrato de partilha de produção do Entorno de Sapinhoá. O aditivo ao AIP que implementa o novo índice está em análise na ANP.

Até o momento, dez AIPs encontram-se assinados e efetivos: Pré-Sal Albacora, Brava, Sapinhoá, Tartaruga Verde, Tupi, Argonauta, Atapu, Mero, Bacalhau, Sépia. Outros oito estão em processo de avaliação: Gato do Mato, Caxaréu, Sagitário, Sul de Sapinhoá, Epitonium, Búzios, Jubarte, Júpiter.



SAIBA MAIS:

[Acesse o site para Detalhamento dos acordos e-book "Entendendo os Acordos de Individualização da Produção"](#)

Comercialização de petróleo e gás

No ano de 2022, a PPSA comercializou R\$ 4,68 bilhões de petróleo e R\$ 31,43 milhões de gás natural, perfazendo um total de receitas de R\$ 4,71 bilhões para a União.

A comercialização da parcela de petróleo e gás natural da União teve início em 2018, com a venda das primeiras cargas da União referentes a Mero. Com o desenvolvimento dos contratos, o volume entrou em ritmo de crescimento. Em 2021, a Pré-Sal Petróleo realizou, na Bolsa de Valores de São Paulo, o 3º Leilão de Petróleo da União para a comercialização de mais de 55 milhões de barris de petróleo de propriedade da União, oriundos de Búzios, Sapinhoá, Tupi e de Mero, a serem entregues ao longo de cinco anos.

Em 2022, a PPSA entregou 22 cargas de petróleo da União, totalizando 10,9 milhões de barris. O montante foi dividido em dez cargas de Mero, quatro de Tupi, quatro de Búzios, três de Entorno de Sapinhoá e uma de Sépia. À exceção dessa última, cuja comercialização se deu por meio de processo competitivo em separado, vencido pela Galp Energia Brasil, as demais foram comercializadas no leilão de 2021, que teve como vencedora a Petrobras.

Em 2022, também foram comercializados 64,89 milhões de m³ de gás natural proveniente de Entorno de Sapinhoá, Tupi, Búzios e Tartaruga Verde em contratos com a Petrobras. Com o avanço do processo de abertura do mercado de gás natural, já está em planejamento a realização de um processo competitivo para a venda do gás natural no intuito de maximizar as receitas da União.

Como parte do Planejamento Estratégico, a companhia segue acompanhando, em conjunto com os operadores, a busca por novas tecnologias para redução de custos logísticos nas operações no pré-sal, no intuito de potencializar os ganhos para a União no escoamento de sua produção. Entre os estudos, destacam-se as alternativas para as operações de descarregamento (alívio) do óleo das Unidades FPSO (Floating, Production, Storage & Offloading), em substituição ao emprego exclusivo de navios especiais equipados com posicionamento dinâmico.

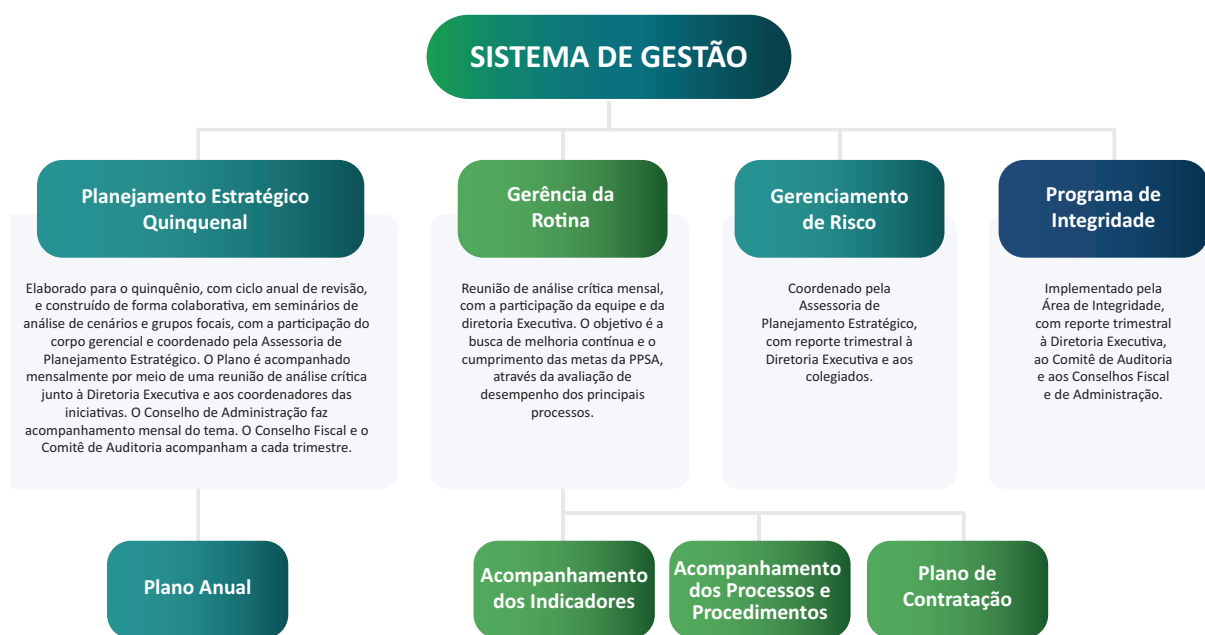
O Cargo Transfer Vessel (CTV), embarcação de menor porte, tem se apresentado como uma opção para o carregamento do óleo de FPSOs nas bacias de Santos e Campos. A embarcação conecta o FPSO ao navio aliviador convencional em segurança e tem potencial de grande simplificação e redução dos custos de alívio nos projetos de desenvolvimento de produção.

3.2 Estrutura de controles internos e gerenciamento de riscos

Controles internos

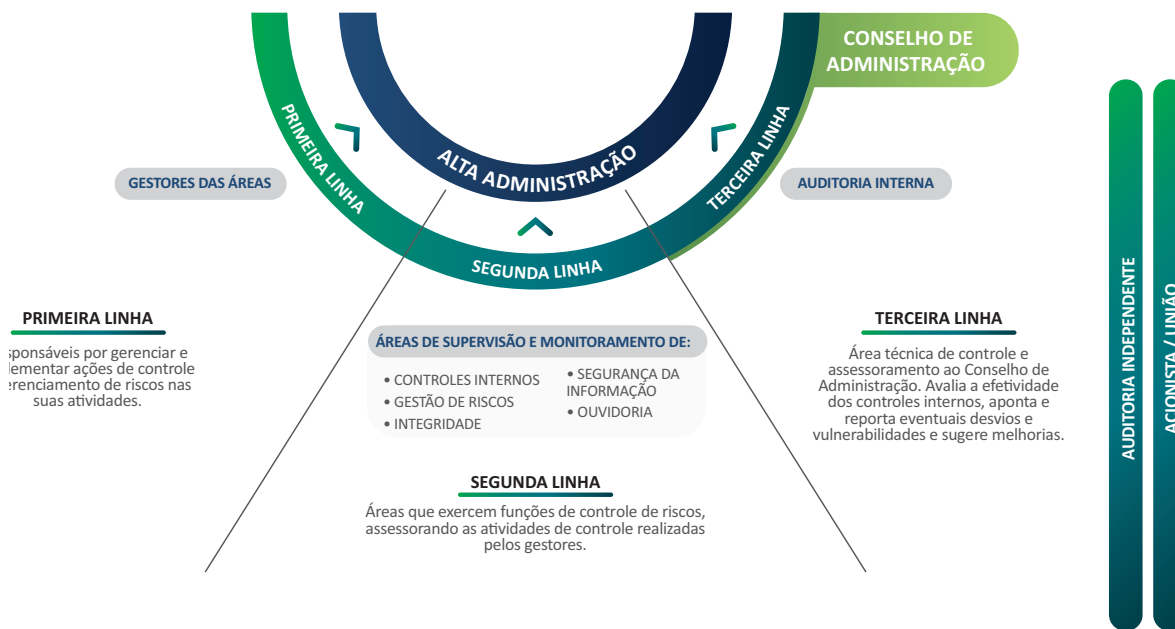
A adoção de ações de controle interno e a gestão de risco são instrumentos essenciais para assegurar o alcance das metas e objetivos da PPSA. Em linha com as recomendações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a companhia busca assegurar um ambiente de controle com objetivos claros que demonstrem o compromisso dos gestores com a integridade pública, além de oferecer uma abordagem estratégica à gestão de riscos e adotar mecanismos para responder a possíveis violações das leis e desvios éticos.

O Sistema de Gestão é composto por quatro alicerces: Planejamento Estratégico, Gerência da Rotina, Gerenciamento de Risco e Programa de Integridade. São cerca de 70 procedimentos para apoiar a operação da empresa e estruturar um ambiente de controle interno, facilitando a atuação em conformidade com a legislação, a manutenção de uma governança sólida, a operação de forma sistematizada, a redução da vulnerabilidade à fraude e à corrupção e, por fim, garantindo um resultado eficaz para a União.



Modelo das Três Linhas

O modelo das Três Linhas estabelece as áreas e atividades que auxiliam a gestão e garante uma estrutura de reporte à administração e aos órgãos de governança.

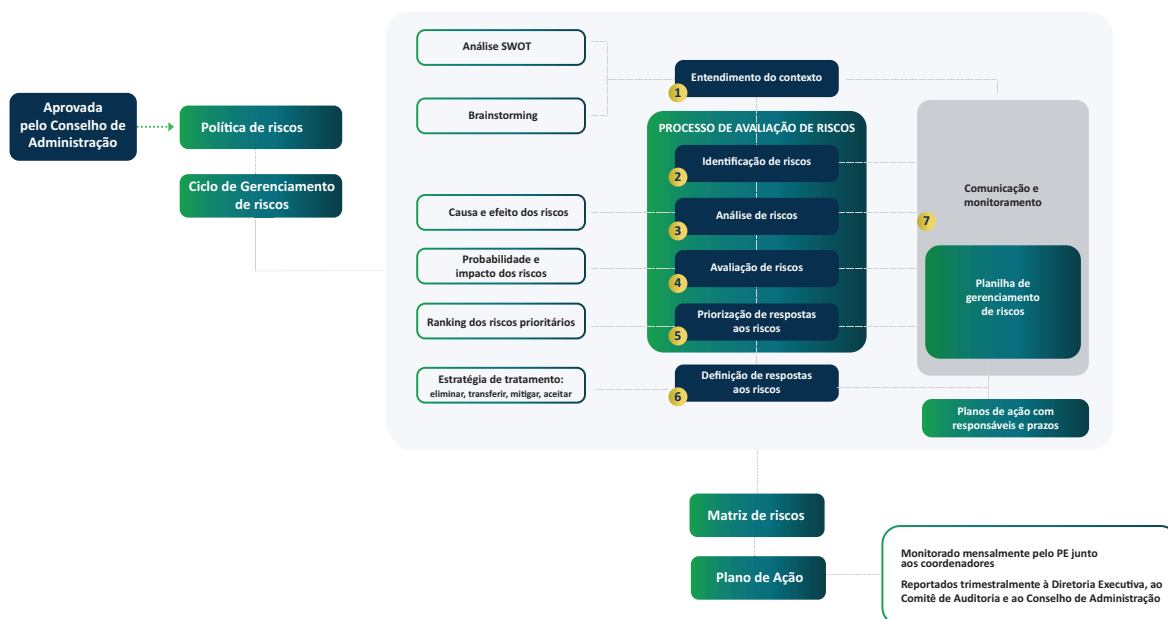


Gestão de riscos

O desempenho das instituições estará sempre ameaçado pela eventual materialização de riscos a que estão submetidas em suas atividades. Por essa razão, a gestão eficaz dos riscos é um instrumento fundamental na governança. É a partir de um processo rigoroso de identificação das nossas vulnerabilidades e da avaliação dos riscos que podem impactar a empresa que são elaboradas as medidas de enfrentamento e estabelecida uma sistemática dinâmica de acompanhamento do processo.

A equipe de Planejamento Estratégico, vinculada diretamente ao Diretor-Presidente, é a responsável por conduzir o gerenciamento de riscos, aprimorando procedimentos que visam à prevenção e à mitigação dos principais riscos a que estamos expostos e monitorando regularmente todos os itens elencados, independente da área a que estão relacionados.

O ciclo de gerenciamento de riscos conta com a participação de uma equipe multidisciplinar e patrocínio da Diretoria Executiva.



3.3 Fatores de risco

A análise aponta que a PPSA está exposta a cinco tipos de riscos: de negócio, operacionais, de imagem, financeiros e de integridade.



Todos os anos, durante a elaboração do Planejamento Estratégico quinquenal, é realizado um novo exercício, a partir das análises de riscos previamente detectadas, verificando as ameaças e as oportunidades para a empresa.

A PPSA considera importante relacionar diretamente os objetivos estratégicos com a mitigação dos principais riscos, assim como o aproveitamento das oportunidades existentes. Para cada um dos riscos listados há um plano de mitigação.

Principais riscos e oportunidades identificados:



Outros mecanismos de controle:

Financeiros

A Gerência de Controle e Finanças é responsável por assegurar a confiabilidade dos registros e controles contábeis e a pronta elaboração de relatórios e demonstrações contábeis. As transações são transparentes, contabilizadas e classificadas para contas que refletem a sua natureza, de maneira precisa e completa.

As demonstrações são auditadas trimestralmente e anualmente, por auditores externos independentes, supervisionados pelo Comitê de Auditoria Estatutário.

O Conselho Fiscal acompanha o fechamento contábil mensal do balanço patrimonial e da demonstração do resultado, bem como da realização orçamentária acumulada, até aquela data, e o fluxo de caixa realizado e projetado, que dá visibilidade dos recursos financeiros ao longo do tempo. A Gerência de Controle e Finanças apresenta mensalmente o Relatório de Gestão Contábil à Diretoria Executiva.

Anualmente, a Gerência apresenta o Plano de Dispêndios Globais para a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração.

Licitações

As contratações de bens e serviços são realizadas com base nos preceitos previstos na Lei nº 13.303/2016 e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos, aprovado pelo Conselho de Administração. Cada contrato com fornecedor possui um fiscal. Cabe ao fiscal acompanhar as entregas e validar, mensal-

mente, a nota fiscal enviada pelo fornecedor para a PPSA. Só após essa validação, que demanda tripla aprovação para prevenir irregularidades, a Gerência de Controle e Finanças realiza o pagamento.

3.4 Dados econômico-financeiros

As demonstrações contábeis estão disponíveis no site e apresentam a posição patrimonial e financeira da PPSA em 31 de dezembro de 2022, o desempenho das operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

SAIBA MAIS:
[Relatório Anual das Demonstrações Contábeis 2022](#)

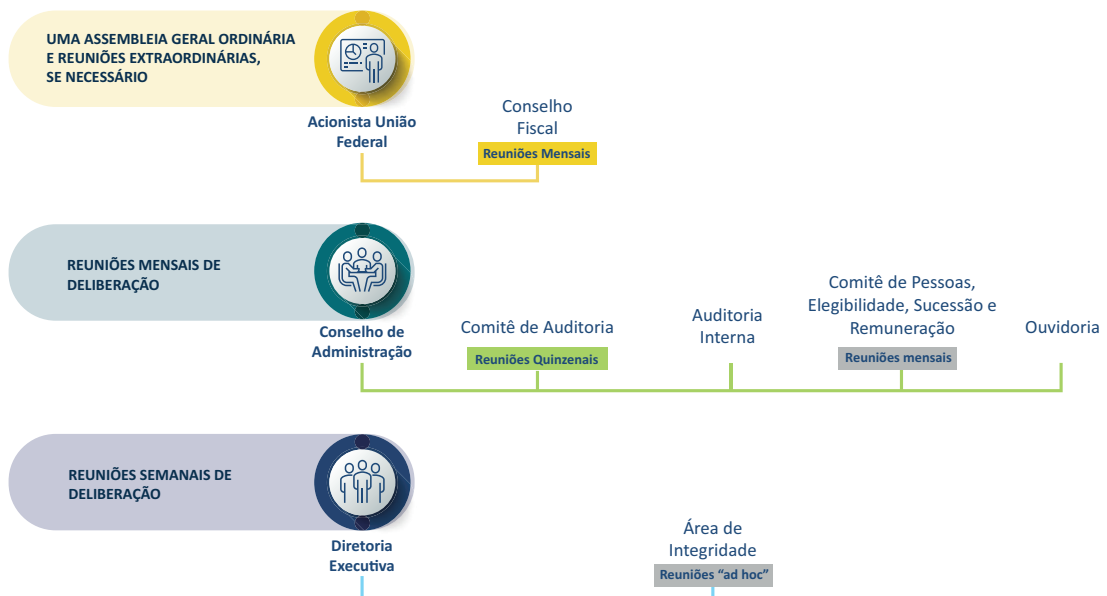
3.5 Políticas e práticas de governança

A governança corporativa da PPSA está em constante aprimoramento com objetivo de garantir atuação em conformidade com a legislação e os regramentos a que está submetida, fortalecendo a ética, a integridade, os controles internos e seus valores.

A companhia conta com um sistema de gestão e um arcabouço de políticas e instrumentos normativos que estabelecem padrões a serem adotados para garantir as melhores práticas nessa área.

A figura abaixo apresenta a composição da estrutura de governança e a relação entre os órgãos. Em 2022, foi revisto o Regimento Interno e implementado o Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração.

Composição e papel dos órgãos:



SAIBA MAIS:
[Estrutura de Governança](#)
[Estatuto Social](#)
[Regimento Interno](#)
[Políticas da empresa](#)

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é o órgão colegiado de direção geral da empresa, ao qual incumbe exercer a gestão dos negócios, de acordo com a missão, alcançar os objetivos, seguindo as estratégias e diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração. O prazo de gestão da Diretoria Executiva é unificado em dois anos, sendo permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas. As decisões colegiadas da Diretoria Executiva são tomadas pela maioria absoluta de seus membros, presentes, no mínimo, três deles, cabendo ao Diretor-Presidente, além do voto comum, o de qualidade.

O quadro a seguir apresenta a estrutura relacionada à cada Diretoria.

PRESIDÊNCIA	DIRETORIA TÉCNICA	DIRETORIA DE GESTÃO DE CONTRATOS	DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E COMERCIALIZAÇÃO
Assessoria de Planejamento Estratégico Consultoria Jurídica Assessoria Especial Comunicação e Ouvidoria Assessoria da Presidência Secretaria de Governança Corporativa Assessoria da Presidência Fiscalização, Conteúdo Local e Segurança, Meio Ambiente e Saúde Auditoria Interna	Superintendência de Desenvolvimento e Produção Superintendência de Exploração Superintendência de Reservatórios	Gerências Executivas de Contratos Coordenação Técnica de Gestão de Projetos e Contratos Assessoria Especial	Gerência de Recursos Humanos e Suporte Corporativo Gerência de Controle e Finanças Gerência de Licitação e Contratos Gerência de Tecnologia da Informação Superintendência de Comercialização de Petróleo e Gás

SAIBA MAIS:
[Acesse os currículos](#)

A estrutura de governança da companhia possui, ainda, comissões e comitês constituídos por empregados para assessorar a alta administração na tomada de decisão em temas de relevância organizacional:

- Comitê de Melhorias do Sistema de Gestão de Partilha de Produção;
- Comitê para adequação da empresa à Lei Geral de Proteção de Dados;
- Comitê de Gestão Tecnológica;
- Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Assédio (CIPA);
- Grupo de Emergência do RB1.

PRINCIPAIS INSTRUMENTOS DE GESTÃO

- ✓ Estatuto Social
- ✓ Código de Conduta e Integridade
- ✓ Política Anticorrupção
- ✓ Política de Riscos
- ✓ Política de Distribuição de Dividendos
- ✓ Política de Divulgação de Informações
- ✓ Política de Transação com Partes Relacionadas
- ✓ Política de Hedge
- ✓ Procedimentos de integridade
- ✓ Regulamento Interno de Licitações e Contratos
- ✓ Regimentos Internos dos colegiados e da empresa
- ✓ Procedimento de Governança para os Contratos de Partilha de Produção (CPP) com a Matriz de Limite de Competência e Autoridade nos CPPs

Programa de integridade

A companhia preza pela atuação ética e responsável. Os princípios e regras obrigatórias de comportamento estão descritos no Código de Conduta e Integridade (CCI), revisado em 2022, e na Política Anticorrupção. Na PPSA, todos os colaboradores são tratados com respeito e honestidade, sem tolerância para quaisquer tipos de assédio, discriminação, preconceito ou retaliação.

Ao longo do ano, a companhia evoluiu na implantação do Programa de Integridade. Por meio de um conjunto de procedimentos, ele tem como objetivo assegurar o cumprimento dos valores éticos e proteger a empresa e as pessoas de boa-fé. Conduzido pela Área de Integridade, o Programa tem como base de atuação os pilares de prevenção, detecção e correção.

Conscientização e treinamento

Os colaboradores são os principais protagonistas da integridade. Para fortalecer os princípios éticos e as condutas esperadas de cada colaborador, a companhia incentiva o debate sobre o tema em suas ações permanentes de comunicação interna, que envolvem jornal mural, informativo mensal e envio de comunicados.

No segundo semestre, todos os colaboradores, a Diretoria Executiva e os membros dos colegiados realizaram o Curso Anticorrupção. Com carga horária de cerca de uma hora, o curso foi oferecido em formato webserie com cinco capítulos e um teste de aprendizagem.

Temas do treinamento Anticorrupção:

- Fraude e Corrupção
- A empresa e Administração Pública
- Ética e Conduta
- O Fornecedor
- Política

Os membros do Comitê de Auditoria e do Conselho Fiscal também realizaram curso de Contabilidade Financeira na Fundação Getúlio Vargas, enquanto membros do Conselho de Administração realizaram o curso de Gestão de Riscos Corporativos do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

A PPSA disponibiliza um Canal de Denúncias próprio e o atendimento pela plataforma Fala.BR, podendo essa última ser utilizada para pedidos de acesso à informação, elogios, dúvidas, solicitações, reclamação, sugestões e denúncias. Em 2022, nenhuma denúncia foi recebida no canal próprio. No Fala.BR foram recebidas 55 manifestações. Deste montante, 28 demandas foram recebidas e, após análise de que fugiam ao nosso escopo de atuação, foram então encaminhadas aos órgãos que versam sobre o assunto demandado pelo cidadão, deixando de fazer parte do quantitativo de manifestações direcionadas à empresa.

Das 27 manifestações restantes, somente 15 foram relacionadas à PPSA. As demais não eram correlatas à atuação da empresa, mas não possuíam elementos que permitissem a identificação do órgão de interesse do cidadão.

O quadro abaixo ilustra as 15 demandas que nos foram direcionadas em 2022. Não recebemos nenhuma denúncia, sendo 14 pedidos de informação e uma solicitação. Todas as demandas foram recebidas e tratadas prontamente.

SAIBA MAIS:
Código de Conduta e Integridade
Política Anticorrupção

3.6 Descrição da composição e da remuneração da administração

A remuneração global dos administradores é aprovada na Assembleia Geral realizada anualmente. Os benefícios referem-se a auxílio refeição e plano de saúde.

A companhia é administrada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração.

Todos os Diretores Executivos são nomeados pelo Conselho de Administração.

O Conselho de Administração é composto por cinco membros, sendo um conselheiro, que o preside, indicado pelo MME, dois conselheiros indicados pelo Ministério de Economia, um conselheiro indicado pela Casa Civil da Presidência da República e o Diretor-Presidente da Pré-Sal Petróleo S.A.

A PPSA tem um Conselho Fiscal, cujos membros são eleitos pela Assembleia Geral, constituído por dois conselheiros titulares, e respectivos suplentes, indicados pelo Ministério de Minas e Energia, e um conselheiro titular, e respectivo suplente, indicado pelo Ministério da Economia.

O quadro apresenta o valor da remuneração individual máxima e mínima da Diretoria Executiva e dos demais colegiados nos últimos três anos, bem como o valor médio da remuneração.

VALOR ANUAL DA REMUNERAÇÃO INDIVIDUAL MÁXIMA E MÍNIMA DOS MEMBROS DA DIRETORIA EXECUTIVA, CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, CONSELHO FISCAL E MEMBROS DO COMITÊ DE AUDITORIA (R\$)												
	DIRETORIA EXECUTIVA			CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			CONSELHO FISCAL			COMITE DE AUDITORIA		
	2022	2021	2020	2022	2021	2020	2022	2021	2020	2022	2021	2020
Nº DE MEMBROS	4	4	4	5	5	5	3	3	3	3	3	3
VALOR DA MAIOR REMUNERAÇÃO	973.768	973.768	973.768	91.656	91.656	91.656	91.656	91.656	91.656	91.656	91.656	91.656
VALOR DA MENOR REMUNERAÇÃO	928.825	928.825	928.825	91.656	91.656	91.656	91.656	91.656	91.656	91.656	91.656	91.656
VALOR MÉDIO DA REMUNERAÇÃO	940.061	940.061	940.061	91.656	91.656	91.656	91.656	91.656	91.656	91.656	91.656	91.656

Nota: Na composição da remuneração individual estão incluídos os honorários mensais, as férias e a gratificação natalina

SAIBA MAIS:
[Remuneração dos Administradores](#)